



## editorial

O ano de 2004 começa repleto de ambigüidades por parte do Governo Federal. No campo, a reação governamental às denúncias de trabalho escravo não foi tão imediata e vigorosa quanto o tema exige. A definição da política florestal parece mais adequada às grandes empresas que à pauta histórica dos movimentos ambientalistas e ligados às populações tradicionais.

Quanto aos remanescentes de quilombos, as dúvidas não são menores. Em 20 de novembro do ano passado o governo federal, como acontecera na gestão anterior, editou um decreto presidencial regulamentando o artigo 68 (ADCT). Novamente não se permitiu que tal regulamentação se desse por meio do legislativo, onde o debate se acumula há mais de 15 anos. Mas, desta vez, ampliou-se a discussão: foram consultadas algumas lideranças quilombolas, alguns antropólogos ligados ao tema e o Ministério Público Federal, que tem uma larga atuação na área. O resultado teve vários saldos, mas deixou algumas sombras importantes.

Entre os principais saldos está o direito à auto-atribuição quilombola. Isto significa que, de agora em diante, basta que uma comunidade se declare quilombola para assim ser reconhecida pelos órgãos governamentais, sem mais ser necessário produzir laudos antropológicos que comprovem isso. Os laudos só serão exigidos em casos de questionamentos jurídicos dessa identificação.

No campo das dúvidas, estão as conseqüências da total transferência do trato da questão para o INCRA e da inclusão da Secretaria de Segurança Nacional entre os órgãos que deverão ser consultados antes da delimitação das terras quilombolas.

Se, de fato, é um avanço que a regularização fundiária dos quilombolas esteja sob a responsabilidade de um órgão com competência específica para isso, por outro lado, tal regularização deve levar em conta as



José Maurício Arruti

Festa de São Benedito, norte do Espírito Santo

particularidades culturais e organizacionais dessas comunidades, sem querer tratá-las como assentamentos comuns. Os parâmetros que garantirão se os procedimentos internos ao INCRA respeitarão ou não tais particularidades, no entanto, ainda estão em aberto. As definições sobre isso, tão importantes quanto as que já constam do decreto, foram, porém, delegadas ao debate interno ao órgão, sem que se garantisse a mesma consulta aos militantes e especialistas. Na prática, os procedimentos de regularização ainda são indefinidos.

Por outro lado, a inclusão da Secretaria de Segurança Nacional entre os órgãos a serem consultados e da cláusula que restringe a demarcação de terras quilombolas nas áreas de "interesse nacional" parece ter endereços certos: Alcântara (MA) e Marambaia (RJ). Mesmo assim, sabemos que o INCRA assumiu, seguindo orientação do movimento quilombola, essas duas áreas, mais a de Mata Cavallo (MT), como de ações prioritárias.

Há, portanto, importantes avanços, mas também muita ambigüidade. Transcorrido um ano de governo, cabe-nos, hoje, menos o papel de expectadores (os que tem "esperança") que o de interlocutores, que exigem definições mais claras.

## ES

### ► FESTIVAL DO BIJU MOVIMENTA QUILOMBO DO SAPÊ DO NORTE.

As comunidades de remanescentes de quilombo do Sapê do Norte, que abrange os municípios de São Mateus e Conceição da Barra, estiveram em festa nos dias 23 e 24 de agosto de 2003, com o I Festival do Biju, realizado na comunidade negra rural de Nova Vista. Conhecida antigamente pelo nome de Droga, a comunidade de Nova Vista é um local histórico devido às andanças por lá do líder negro revolucionário Benedito Meia Légua, no século XIX, e por ter sido morada do mestre de Ticumbi, Zé de Ana.

O I Festival do Biju foi organizado por lideranças do Movimento Quilombola de São Mateus – formado em sua maioria por mulheres – com o objetivo de discutir e valorizar a cultura do seu povo. O evento apresentou uma programação variada, com debates, ladainha, apresentação de grupos folclóricos de Jongo e Reis de Boi, oficinas de peneira de uruba, roda de capoeira, torneio de futebol entre quilombolas e índios guaranis, e concurso para a escolha da Rainha Negra do Biju. Os organizadores instalaram no espaço da festa uma casa de farinha e um bolinete para tirar caldo da cana, o que permitiu a montagem de uma mesa com os mais variados tipos de biju.

Nos debates, destaque para as discussões sobre a necessidade de articulação do Incra com o Governo Federal, a fim de agilizar o reconhecimento e a titulação das comunidades remanescentes de quilombo e para as questões ambientais, como o licenciamento para os grandes plantios de eucalipto e cana-de-açúcar. Entre os danos ambientais denunciados estão o uso de herbicidas pelas empresas e a lavagem de equipamentos diretamente nos córregos. Os debates contaram com a presença de membros da Articulação do Semi-Árido Brasileiro,

da Articulação Nacional de Comunidades Remanescentes de Quilombos e da Coordenadoria Estadual de Política de Combate ao Racismo de Mato Grosso do Sul.

O prefeito de São Mateus, o vice e secretários municipais também participaram das mesas de debates. Comunidades de quilombolas de outros estados também se fizeram representar no festival, como as da Ilha de Marambaia e Campinho da Independência (RJ), Furnas de Dionísio (MS) e Brejo dos Crioulos e Grotões (MG).

► CESTAS BÁSICAS. O governo federal havia marcado a distribuição de cestas básicas para as comunidades quilombolas do Sapê do Norte para 15/12/2003. No dia da entrega as pessoas foram informadas que alguns alimentos estavam estragados e remarcaram a entrega para o início de janeiro de 2004, mas até a presente data a entrega não foi feita. As comunida-

des que aguardam receber este benefício são: São Domingos, Linharinho, Roda d'água, São Jorge, Espírito Santo, Angelim 2 e Angelim Disa. O governo promete que, após a primeira distribuição, o benefício será estendido a todas as comunidades do Norte do Espírito Santo.

► INCENTIVO AO PLANTIO DE MANDIOCA. Quando visitou o Sapê do Norte o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, prometeu aos quilombolas auxílio para que as comunidades não extinguissem a produção de farinha.

O recurso fornecido pelo ministério é de R\$ 2.500,00 para cada grupo quilombola (17 grupos no total) e o prazo para pagamento é de 24 meses. Desta forma, as famílias vão continuar plantando mandioca e mantendo viva a tradição da farinhada.

Este projeto piloto está sendo implantado em comunidades de São Mateus, mas na terceira semana de janeiro, as famílias quilombolas fizeram uma manifestação na frente da agência do Banco do Brasil pois a verba está retida na agência.

## MA

► 7º ENCONTRO ESTADUAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM CODÓ. "Terra, gênero, direito da criança e adolescente quilombola, religiosidade e políticas públicas".

Domingas Dealdina



Fazendo biju, Comunidade de São Domingos, ES

Domingas Dealdina



Jongo de São Benedito, Festival do Biju, ES

Este foi o tema do 7º Encontro Estadual das Comunidades Quilombolas que aconteceu na cidade de Codó, São Luís, MA, entre os dias 23 e 26 de outubro.

O encontro foi promovido pela Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (Aconeruq-MA), em parceria com o Centro de Consciência Negra do Maranhão (CCN/MA) e com a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH).

Os encontros estaduais das comunidades quilombolas do Maranhão acontecem desde 1986 e hoje são reconhecidos como um espaço de articulação e fortalecimento, possibilitando a troca de experiências entre as lideranças acerca da história de luta pela terra das várias comunidades.

Um das novidades do 7º Encontro foi a realização da oficina Quilombinho para as crianças negras de Codó.

## MG

► PRÉ-LEVANTAMENTO DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO. O Incra de Minas Gerais está realizando um levantamento preliminar das comunidades remanescentes de quilombo existentes no estado. Este primeiro apanhado conta com a colaboração de entidades que trabalham com o tema em Minas e vai organizar os trabalhos do Incra, novo responsável pela regularização das terras quilombolas.

## PA

► DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS. No período de 19 a 23 de novembro de 2003, aconteceu nas comunidades de Itacoã e Guajará Mirim no município de Acará (PA), o evento "Direitos dos povos indígenas e quilombolas", que reuniu membros das comunidades quilombolas de Oriximiná, Alenquer, Gurupá, Cachoeira de Piriá, Acará, Baião, Oeiras, Bagre, Curiaú no Amapá e convidados, como de São Mateus (ES).

Este evento foi criado para promover e valorizar as manifestações

culturais e sociais das comunidades, celebrando a integração através do esporte, lazer e exposição de artesanato.

Dois acontecimentos importantes marcaram o evento: a entrega do título coletivo à comunidade quilombola de Itacoã Mirim e o Dia da Consciência Negra.

## RJ

► ALTO DA SERRA. Na luta em busca de reconhecimento e sustentabilidade, a comunidade de Alto da Serra fundou no dia 20 de novembro, a Associação de Moradores que leva o nome de "Nós da Roça". A comunidade vem recebendo constantes visitas da Drª Francine Pinheiro, colaboradora do Grupo de Trabalho Jurídico de Koinonia que vêm dando suporte jurídico à comunidade. Os moradores de Alto da Serra estão esperançosos de que a fundação da Associação seja o melhor caminho na luta pela manutenção da propriedade da terra.

► 1º ENCONTRO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS/RJ. Entre os dias 3 e 5 de outubro o Quilombo Campinho Independência, em Paraty, RJ, recebeu o 1º Encontro de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro.

O encontro contou com a participação de representantes dos Quilombos de Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis; de Santana, em Quatis; de São José da Serra, em Valença; do Sacopã, no Rio de Janeiro; da Rasa, Armação de Búzios e da Restinga da Marambaia, em Mangaratiba. Empresas estatais como Petrobras, Petros, Eletronuclear e Banco do Brasil também se fizeram representar, assim como autoridades de órgãos federais (Incra, Fundação Palmares e Ministério Público Federal), Governo Estadual (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro – Cedine), além do Executivo e do Legislativo local.

Criou-se, no encontro, a Associação de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj)

para a qual foram eleitos como presidente e vice-presidente, respectivamente, Ronaldo dos Santos (Campinho Independência) e Antonio Fernandes (São José da Serra). Os outros cargos da diretoria foram distribuídos entre membros de outras quatro comunidades.

A parte cultural ficou por conta da apresentação do Jongo do Quilombo de São José da Serra, de Valença, que formou uma grande roda na noite de sábado, reunindo jovens, adultos e idosos.

Ao fim do encontro foi elaborado um documento que deverá ser encaminhado ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva, reivindicando a sanção do novo decreto, 4887/03, em substituição ao decreto 3912/01, além de destacar a necessidade de intervenção do Executivo Federal no caso do Quilombo da Marambaia, que sofre com as intervenções opressoras da Marinha do Brasil no local.

► MOSTRA DE PROJETOS SOCIAIS NO CCB. Koinonia – Territórios Negros participou no dia 10 de dezembro de 2003 da Mostra de Projetos Sociais, organizada paralelamente à Exposição Arte da África Brasil, na Praça dos Correios.

Ana Emília Gualberto fez uma exposição sobre a atuação do projeto Territórios Negros no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

Domingas Dealdina, membro do movimento quilombola do Espírito Santo esteve presente para falar da mobilização quilombola no estado, sobre os problemas enfrentados, das perspectivas e das conquistas do povo do Norte.

► MARAMBAIA. No dia 30 de dezembro de 2003 foi entregue à Fundação Cultural Palmares (FCP) o "Relatório Técnico-Científico Sobre a Comunidade Remanescente de Quilombos da Ilha da Marambaia, Município de Mangaratiba (RJ)", realizado por Koinonia em parceria com a Universidade Federal Fluminense (Núcleo de Referência Agrária e Núcleo Fluminense de Estudos e



José Maurício Arruti

Marambaia, RJ

Pesquisas). A Associação de Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia recebeu uma cópia do laudo e agora toda a comunidade espera que o processo de reconhecimento e titulação das terras seja breve.

Mesmo não sendo reconhecida oficialmente como remanescente de quilombo, a FCP incluiu a comunidade no Programa Fome Zero e, no mês de fevereiro, entregou juntamente com o Incra/RJ noventa cestas básicas, número insuficiente para as 115 famílias moradoras.

Apesar da Marambaia estar na lista de prioridades da FCP para reconhecimento e titulação, e apesar das intervenções do Ministério Público Federal, a Marinha do Brasil tentou mais uma vez derrubar a casa de um morador da ilha, contrariando uma liminar judicial. Esta ação foi impedida pelo Procurador Daniel Sarmento que, contactado por Koinonia, interveio junto ao comando militar proibindo a destruição da casa.

## RS

► PORTO ALEGRE RECEBE O II ENCONTRO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS E QUILOMBISTAS DO RIO GRANDE DO SUL. Foi realizado nos dias 15, 16 e 17 de agosto, em Porto Alegre, o II Encontro das Comunidades Remanescentes de Quilombo e

Quilombistas do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo do encontro é o de fortalecer a organização das comunidades no estado e elaborar ações de políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento sustentável.

O encontro contou com a presença de várias autoridades dos poderes Executivo e Legislativo envolvidas com a questão dos quilombolas, do Ministério Público Federal, da Fundação Cultural Palmares, além de representantes das associações e de comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul.

Os debates realizados no encontro remeteram-se a três questões básicas: a necessidade de articulação das comunidades remanescentes de quilombos com movimentos sociais e acadêmicos; a importância da participação do Ministério Público Federal e Estadual e dos operadores jurídicos nas discussões e; a necessidade e importância da participação do Estado na implementação de políticas públicas sérias e responsáveis para o atendimento das comunidades remanescentes de quilombo.

## SP

► COMUNIDADE QUILOMBOLA DE UBATUBA PROMOVE CAMINHADA DE RESISTÊNCIA NEGRA. A comunidade quilombola de Caçandoca, em Ubatuba, SP, promoveu no dia 22 de novembro a "2ª Caminhada da Consciência Negra". O objetivo da caminhada é o de, por meio do ecoturismo, divulgar a história da comunidade, destacando a importância da preservação da cultura quilombola.

Durante o percurso da caminhada guias turísticos contaram lendas e fatos acontecidos nas comunidades, apresentando locais históricos onde viviam e trabalhavam os escravos. Os participantes da Caminhada da Consciência Negra foram convidados a levar um quilo de alimento para doação.

► GOVERNADOR DE SÃO PAULO ENTREGA TÍTULO DE DOMÍNIO A QUILOMBO. O Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, entregou no dia 20 de novembro o título de domínio para a comunidade remanescente de quilombo de Pedro Cubas, localizada em Eldorado, no Vale do Ribeira. O documento foi entregue a representantes da associação de moradores da comunidade de Pedro Cubas e garante à comunidade a propriedade dos 24,4 milhões de metros quadrados de terras que ocupam.

O título de domínio foi produzido pela Fundação Instituto de Terras de São Paulo (Itesp).

Reconhecida como quilombola em 1998, a comunidade de Pedro Cubas abriga 40 famílias. Das 16 comunidades reconhecidas como quilombolas no estado, outras quatro também já receberam o título: Ivaporunduva, em Eldorado, Maria Rosa e Pilões, em Iporanga, e São Pedro. As cinco comunidades tituladas estão localizadas no Vale do Ribeira.

O Governador Alckmin assinou também a autorização para a construção de 630 moradias nas comunidades quilombolas.

► CAPACITAÇÃO EM COMERCIALIZAÇÃO PARA QUILOMBOLAS E ASSENTADOS. O Itesp inicia em fevereiro um programa de capacitação em comercialização com recursos do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). O investimento é de R\$ 250 mil e vai beneficiar 572 produtores rurais. Estão previstas atividades como pesquisa de mercado, formas de organização, gestão de empreendimentos, legislação e comércio solidário.

O objetivo do programa é estimular e dar suporte a uma rede de comercialização, identificando potencialidades e limitações. Os cursos se estenderam até dezembro encerrando com uma feira de produtos da agricultura familiar.

## NACIONAL

► **OFICINA EM SÃO PAULO.** As comunidades quilombolas do Sapê do Norte de São Domingos, Roda d'Água, Linharinho, São Jorge, Angelim2, Angelim Disa e Divino Espírito Santo, participaram da oficina de diagnóstico sócio-econômico-cultural de comunidades remanescentes de quilombo no período de 23 a 25 de novembro de 2003, juntamente com as comunidades dos estados de São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro.

O encontro foi proposto para que as comunidades relatassem suas necessidades quanto à educação, saúde, trabalho, geração de renda, direitos e segurança alimentar. Estavam presentes representantes do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Fundação Cultural Palmares (FCP) e Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (Mesa).

► **SAÚDE QUILOMBOLA.** O Ministério da Saúde (MS) – através da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) – está discutindo a possibilidade de criar uma infra-estrutura de atendimento à saúde específica para as comunidades quilombolas.

A iniciativa surgiu a partir de uma expedição feita em março por uma equipe da Fiocruz à região do Baixo Amazonas, no Pará. Na ocasião a equipe visitou seis comunidades quilombolas da região e constatou um quadro gravíssimo das condições de saúde. O dado mais alarmante diz respeito à desnutrição. Um relatório com os resultados da expedição foi encaminhado ao MS, à Funasa e ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea).

Diante da gravidade da situação as seis comunidades foram incluídas no programa Fome Zero e a Fiocruz enviou medicamentos emergenciais para a região.

As discussões para implementação do atendimento ainda estão em fase inicial, mas já foi definido que as comunidades quilombolas terão tratamento prioritário do Ministério da Saúde e que todos os quilombolas do Baixo Amazonas que foram atingidos por barragens serão incluídos imediatamente no Programa Fome Zero.

### ► DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL PARA QUILOMBOLAS.

“Só há preservação do patrimônio cultural se houver também uma preocupação em dar sustentabilidade econômica e social”. Com esta premissa, a Fundação Cultural Palmares promove um conjunto de cinco oficinas de diagnóstico sócio-econômico-cultural, junto a 150 comunidades quilombolas selecionadas pela entidade, em conjunto com técnicos do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (Mesa), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Os grupos apontados serão atendidos por ações e projetos do Programa Fome Zero, do governo federal.

A montagem do programa envolveu consultas a represen-

tes do Movimento Negro e lideranças das comunidades quilombolas em todo o País. Fruto deste convênio também é a aquisição, ainda este ano, de um software para a confecção de banco de dados com todas as comunidades remanescentes de quilombos. As ações estruturantes, previstas para janeiro de 2004, ainda neste convênio, incluem a aquisição de equipamentos para casas de farinha, equipamentos para lavoura, materiais para artesanato, pesca artesanal (compra de pequenos barcos e motores para comunidades ribeirinhas incluídas no programa), apicultura e afins.

### ► QUILOMBOLAS EM ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES ECUMÊNICAS.

Nos dias 14, 15 e 16 de novembro, aconteceu o II Encontro Nacional de Mulheres Ecumênicas no Rio de Janeiro, organizado por Igreja Metodista/Umesp, Conic, Clai, Cese e Koinonia. Do encontro participaram 6 mulheres quilombolas: 2 do Espírito Santo e 4 da Ilha da Marambaia, que já estiveram presentes em outros encontros de mulheres durante o ano de 2003. Foi mais uma oportunidade para trocar experiências e conhecer pessoas de lugares e vivências diferentes.

José Maurício Arruti



Preto Forro, RJ

### ► III ENCONTRO NACIONAL DE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS EM RECIFE.

Sob o tema "Terra, Educação e Direito das Crianças e Adolescentes: reparação para o povo Quilombola", foi realizado entre os dias 4 e 7 de dezembro o III Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, na cidade de Recife, PE.

Realizado pela Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Brasil (Conaq), o encontro teve como objetivo levantar discussões sobre métodos e instrumentos jurídicos de proteção ao povo quilombola, identificação, titulação de terras, etno-desenvolvimento, educação e currículos diferenciados. Foram tratadas ainda questões sobre a garantia dos direitos constitucionais e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), buscando fomentar políticas públicas diferenciadas para a educação de crianças e adolescentes quilombolas.



Arquivo TN

Comunidade de São Domingos

► PROGRAMA NOSSA PRIMEIRA TERRA. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) lançou no mês de dezembro em Porto Alegre o Programa Nossa Primeira Terra. O objetivo é financiar a compra de terras para jovens agricultores de 18 a 24 anos. Serão destinados R\$ 520 milhões do orçamento do MDA, dinheiro que deve possibilitar a compra de terras a 170 mil famílias até o final do governo Lula.

O ministro Miguel Rosseto avisa que o programa apenas se inicia nessa faixa etária e deve integrar, a partir de 2004, o Programa Nacional de Reforma Agrária.

As regras do Programa Nossa Primeira Terra ainda vão ser submetidas ao Conselho Monetário Nacional para que o programa entre em funcionamento este ano.

## fala quilombola

O Informativo TN recebeu da Comunidade de Curiaú uma carta com dois números do Jornal do Quilombo e um cordel, da autoria da quilombola Creuza Silva, em homenagem a Joaquim Tibúcio, uma personalidade da comunidade que faleceu há pouco tempo.

Joaquim Tibúcio era contador de histórias e cantador de Batuque. Por toda sua vida foi agricultor e criador de animais, falava de atos relevantes da comunidade e tinha um linguajar próprio que não se encontrava nos dicionários oficiais. Com sua morte a comunidade perdeu uma grande fonte de sabedoria e informação.

Reproduzimos parte da carta que recebemos e o cordel em sua homenagem.

---

Aos amigos deste informativo, Precisamos ter muito mais abrangência nestas ações de informar nossa gente negra e quilombolas. Vamos fazer um intercâmbio nacional e até um encontro de pessoas que escrevem algo sobre o que diz respeito aos negros e comunidades de quilombo. Na minha comunidade, Curiaú, área de quilombo somos três pessoas que escrevem. Já tive a oportunidade de lançar um livro e estou na expectativa de lançar o segundo.

O Jornal do Quilombo escrevemos eu, Neide e Creuza.

Sebastião Menezes da Silva  
Curiaú, 16/12/2003

---

Tu nasceste de uma luta  
De escravo e senhor  
À procura de abrigo  
Para cria e criador  
Descobriram um paraíso  
Onde Tibúcio morou.

Nunca foi-me tão difícil  
Em fazer uma poesia  
Para descrever tal figura  
De tamanha valentia  
Que para esse quilombo  
Trouxe muita alegria

Procurei lindas palavras  
Pra traduzir minha emoção  
E falar do gênio negro  
Mas não consegui não.

Um sábio sem decifrar  
A palma da minha mão  
Mas definia só pela voz  
Se era Joaquim ou João.

Pra sugar a sua mente  
Muitos lá apareciam  
De manhã em seu alpendre  
À tarde se recolhia.

Sempre de bom humor  
Um sorriso inteligente  
Perguntava o velho Joaquim  
De quem tu é parente?

Eu destrincho tua família  
A mim não vás enganar  
Pois conheço tua raiz  
Posso agora lhe falar.

O seu faro era correto  
Dificilmente se enganou  
Só pelo menino Willy  
De confiança lhe pegou.

Lhe falando de voz grossa  
Conversa vai, conversa vem  
Menino com quem falo?  
Me diz de onde vem.

Não venho de longe não senhor  
Sou filho de Creuza Silva  
E João é meu avô.

Há moleque sem vergonha  
De safadeza nunca vi  
Foste o primeiro a me enganar  
Durante anos que vivi.

Mesmo assim lhe considero  
Um menino inteligente  
Vá e diga a sua mãe  
Pra vim falar com o parente.

Agora vou finalizar  
Esse pequeno cordel  
Sei que Tibúcio me escuta  
Sentadinho lá no céu.

Agradeço a oportunidade  
De poder aqui contar  
Um pouco da vida benquista  
De quem muita falta vai nos dar.

# O Territórios Negros entre 2001 e 2003

Desta vez utilizaremos este espaço para apresentar um pouco da nossa atuação, de forma muito sucinta, com um quadro-resumo das atividades que vimos desenvolvendo nos últimos três anos. O objetivo inicial de mapear as comunidades negras rurais ainda não identificadas pelos órgãos governamentais e de monitorar os processos de regularização fundiária das áreas já identificadas evoluiu aos poucos, para um formato cada vez mais adequado às demandas das próprias comunidades com as quais mantemos contato. Foi fundamental para isso também a identificação de parceiros, que muito contribuíram para o crescimento desse projeto, que gostaríamos de mencionar, no Rio de Janeiro, o Ministério Público Federal, o Centro de Estudos Afro-Brasileiros (UCAM), o Departamento de História da UFRRJ, o Núcleo de Referência Agrária da UFF e, mais recentemente, a Associação de Defensores Públicos do Rio de Janeiro. No Espírito Santo, o escritório estadual da FASE, o Ministério Público Federal e a Associação Afro-Descendente Benedito Meia-Légua, atuante no Norte do estado. A todos agradecemos a parceria e convidamos para avançar nessa iniciativa.

Demandas	Presença e Serviço	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Documentações das situações de conflito.</li> <li>• Produção de informação qualificada e periódica sobre a situação das áreas.</li> <li>• Informações qualificadas sobre a nova legislação relativa às comunidades.</li> </ul>	Pesquisa, informação e formação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa de campo em 10 comunidades do RJ e 30 do ES.</li> <li>• Treinamento de pesquisadores das próprias comunidades para levantamento sócio-econômico das comunidades negras do Norte do ES.</li> <li>• Seminário Territórios Negros do Rio de Janeiro: história, antropologia e alternativas jurídicas em 2001.</li> <li>• Seminário Territórios Negros do Sapê do Norte no Espírito Santo, em 2002.</li> <li>• Seminário Memorial Marambaia, em 2003.</li> <li>• Oficinas junto a comunidades do RJ (seis oficinas) e Norte do ES (duas oficinas).</li> <li>• Apoio à participação de mulheres quilombolas em 3 encontros ecumênicos de mulheres (um do sudeste e dois encontros nacionais).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Defesa e promoção de direitos culturais e territoriais.</li> <li>• Troca de experiências entre as comunidades.</li> <li>• Empoderamento de lideranças e jovens e mulheres.</li> <li>• Acesso à justiça e às políticas públicas.</li> <li>• Acesso às redes de apoio político.</li> </ul>	Assessoria e rede de apoio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de 13 números do Informativo Territórios Negros.</li> <li>• Parceria com associações quilombolas dos estados do MA, PA, ES, SP e RS para a distribuição dos Informativos Territórios Negros e envio de notícias sobre as comunidades desses respectivos estados.</li> <li>• Relatório Preliminar sobre a comunidade de Preto Forro (RJ).</li> <li>• Relatório Preliminar e Laudo para reconhecimento oficial, destinado à Fundação Cultural Palmares, sobre a comunidade da Marambaia (RJ).</li> <li>• Vídeo documentário sobre Ilha da Marambaia.</li> <li>• Início de parceria com o CEAB-UCAM para programa de Monitoramento de Políticas Públicas para População Afro-brasileira.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à visita de representante de Associação de Remanescentes de Quilombo do Pará às comunidades do RJ e ES.</li> <li>• Apresentação de papers em reuniões científicas, palestras em universidades (UFPA, UFF, UENF, UERJ, UFES, UFSC) e encontros de divulgação das políticas afirmativas (CEDEFES-MG, Centro Cultural Banco do Brasil-RJ).</li> <li>• Organização e oferta de curso especial na Faculdade de Direito da UNIGRANRIO sobre questão quilombola.</li> <li>• Participação na Rede Alerta Contra o Deserto Verde (BA-ES-RJ-MG), que discute o avanço das florestas plantadas de eucalipto no Sudeste.</li> <li>• Edição de número especiais da Revista Tempo e Presença ou publicação de artigos avulsos sobre a questão negra rural (ns.: 298, 319, 329, 330).</li> </ul>	Assessoria e rede de apoio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Colaboração com MPF para visita de Procuradores às comunidades do Rio de Janeiro.</li> <li>• Manutenção de Grupo de Trabalho (defensores, procuradores, alunos de direito e pesquisadores de KOINONIA) para discussão sobre questão jurídica da terra das comunidades negras rurais do RJ.</li> <li>• Participação nos Encontros da 6ª Câmara do MPF sobre Direitos Humanos e Minorias.</li> <li>• Acompanhamento do processo jurídico da comunidade de Preto Forro (RJ).</li> <li>• Acompanhamento do processo jurídico da comunidade de Alto da Serra (RJ).</li> <li>• Acompanhamento do processo de revisão dos limites propostos no laudo de São José (RJ), solicitado pelo próprio grupo.</li> <li>• Oficina do Fórum Social Mundial 2002.</li> </ul>

## Caçandoca

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Caçandoca teve seu território oficialmente reconhecido como remanescente de quilombos no ano de 2000 e foi mais uma entre as 16 comunidades quilombolas reconhecidas pelo Estado de São Paulo através do Instituto de Terras do estado, Itesp. O reconhecimento oficial foi realizado após mais de trinta anos de luta e reivindicação pela permanência em uma terra de ocupação ancestral.

A comunidade de Caçandoca fica localizada no litoral norte do Estado de São Paulo, no município de Ubatuba. Possui um território de 890 hectares que faz limites com a praia e com a Serra da Caçandoca. Essas terras tiveram origem em meados do século XIX com uma propriedade escravagista produtora de café chamada Fazenda Caçandoca. Neste local viveram o antigo proprietário da fazenda, familiares e inúmeros netos ilegítimos, fruto de relações dos filhos do dono da fazenda com antigas escravas. Esses descendentes do proprietário, juntamente com outros ex-escravos, permaneceram na fazenda após a abolição da escravatura. Além disso, foram encontrados registros de doação daquelas terras, de 1881, a alguns escravos.

O território historicamente ocupado por essas famílias é identificado por seus moradores através de diversos nomes de localidades que compõem a Caçandoca. Cada um desses lugares formou um núcleo de habitações que mantinham entre si fortes relações culturais, de parentesco, de origem e históricas por compartilharem um intenso processo de luta contra a expropriação de terras. Compartilham também uma área de reserva florestal e fazem uma administração coletiva das roças, o que não impede a apropriação familiar de um pedaço de terra.

As famílias de Caçandoca começaram a perder suas terras a partir dos últimos anos da década de 60, quando alguns moradores assinaram recibos de venda de suas terras pensando se tratar do registro de terra. A partir da década de 70, esse processo se intensificou em consequência da construção da BR-101 que supervalorizou aquelas terras e foram progressivamente se tornando alvo

de especulação imobiliária. A partir dessa época, a comunidade passa a ocupar apenas metade de seu território.

Em 1987 a comunidade fundou a Associação para Melhoramentos da Caçandoca, através da qual buscou apoio de políticos, órgãos públicos e da imprensa. Em 1998, a associação, juntamente com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ubatuba e com a intermediação de um político local, enviou um relato à Fundação Cultural Palmares e à Comissão Pró-Índio, denunciando a situação. Foi a partir desse momento, quando tomam conhecimento do direito que possuem, assegurado pelo artigo 68, que a antiga associação passa a se chamar Associação de Remanescente de Quilombo da Caçandoca. O Itesp assume a assessoria jurídica da comunidade a partir de 1998. Atualmente a comunidade conta com cerca de 20 famílias e continua aguardando o fim do processo de titulação das terras. Em 2003 as famílias voltaram a ocupar a metade de seu território que pretensamente era de propriedade da Companhia Urbanizadora Continental SA.

Nota: Informações do Itesp e do "Relatório Técnico-Científico sobre a Comunidade de Quilombo da Caçandoca, Município de Ubatuba/São Paulo" (2000) de autoria de Alessandra Schmitt.

---

Este boletim é produzido pelo projeto EGBÉ – TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral; com uma tiragem de 1.500 exemplares, destinada à distribuição entre as comunidades negras rurais. Está disponível também na home page de KOINONIA. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Secretário-executivo de KOINONIA Rafael Soares de Oliveira

Coordenador para o Rio de Janeiro e Espírito Santo e editor do Informativo José Maurício Arruti

Pesquisadoras Alessandra Tosta e Mariza Rios

Assistente de pesquisa Ana Emília Gualberto

Programação visual Anita Slade

Revisão Helena Costa

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço  
Rua Santo Amaro, 129 Glória  
22211-230 Rio de Janeiro RJ  
Telefone (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016  
territoriosnegros@koinonia.org.br  
www.koinonia.org.br